

LÍNGUA PORTUGUESA (FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR)

1. Compreensão e produção de textos.
2. Texto e fatores de textualidade.
3. Articulação sintática (coordenação e/ou subordinação), semântica (relações lógicas) e discursiva (operadores argumentativos).
4. Mecanismos de coesão textual.
5. Relações de sentido: homonímia, polissemia, sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia.
6. Relações sintáticas de concordância, regência e colocação.
7. Estrutura, formação e emprego de palavras.
8. Emprego dos sinais de pontuação.
9. Variação linguística: variedades da língua portuguesa.
10. Ortografia.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
2. KOCH, Ingedore. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2002.
3. VAL, Maria da Graça da Costa. **Redação e textualidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
4. BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
5. SAVIOLI, F. P. e FIORIN, J. L. **Lições de texto: leitura e redação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.
6. MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NORMAS PARA O SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL –(MÉDIO E SUPERIOR)

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Ética e função pública.
2. Ética no setor público.
 - 2.1. Decreto n. 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal).
3. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n. 8.112/1990).
 - 3.1. Disposições preliminares: **Do Provedimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição.**
 - 3.2. Estágio probatório.
 - 3.3. Direitos e vantagens.
 - 3.4. Regime disciplinar, deveres e proibições, acumulação, responsabilidade e penalidades.
4. Lei n. 8.429/1992. 4.1 Disposições gerais.
 - 4.1. Atos de improbidade administrativa.
5. Processo administrativo (Lei n. 9.784/1999): conceito, princípios, fases e modalidades.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição.
 - 1.1. Conceito, classificações, princípios fundamentais.
2. Direitos e garantias fundamentais.
 - 2.1. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos.
3. Administração pública.
 - 3.1. Disposições gerais, servidores públicos.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

1. Artigo 40 CF/88 e Lei 12.618/2012 – Funpresp.
2. **Carreira** – Lei 11.091/2005 e suas atualizações.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. Decreto 1.171/94
2. Constituição Federal
3. Lei 8.112/90
4. Lei 9.784/99
4. Lei 11.091/05
5. Lei 12.618/12

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO (NÍVEL SUPERIOR)

O candidato deverá demonstrar competência para utilizar o raciocínio lógico-quantitativo (entendimento da estrutura lógica de situações-problema), bem como aplicar conteúdos matemáticos na vida prática, com relação aos seguintes pontos:

1. Noções básicas de lógica: conectivos, tautologia e contradições, implicações e equivalências, afirmações e negações, argumento, silogismo, validade de argumento.
2. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação.
3. Razões e proporções, regras de três simples e compostas, porcentagem, juros simples e compostos.
4. Expressões algébricas e fatoração.
5. Pesos e medidas. Sistema monetário e métrico.
6. Equações e inequações de 1º e 2º graus, gráficos. Sistemas de equações de 1º e 2º graus.
7. Geometria Plana: Paralelismo, perpendicularismo, triângulo (elementos, propriedades, congruência e semelhança).
8. Polígonos, circunferência e círculo; cálculo de áreas e perímetros. Relações métricas num triângulo retângulo.
9. Funções linear, afim, quadrática, exponencial e logarítmica. Problemas de máximos e mínimos envolvendo função quadrática.
10. Progressões aritméticas e geométricas.
11. Noções de geometria analítica: Retas, círculos e planos.
12. Noções de geometria espacial.
13. Noções básicas de análise combinatória e probabilidade.
14. Noções básicas de estatística: Média aritmética e média ponderada, medidas de tendência central, medidas de variabilidade e análise de gráficos.
15. Gráficos e tabelas: análise, interpretação e utilização de dados apresentados em tabelas ou gráficos.
16. Opções de Cálculo Diferencial: Regras de Derivação, Taxas de Variação e Problemas de Máximos e mínimos.

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA

1. SÉRATES, Jonofon, Raciocínio Lógico, 8. Ed., Ed. Olímpia, 1997.
2. ALENCAR FILHO, Edgar, Iniciação à lógica matemática, Ed. Nobel, São Paulo, 2003.
3. BASTOS, Cleverson e KELLER, Vicente, Aprendendo lógica, Ed. Vozes, Petrópolis, 2002.
4. BARRETO FILHO, Benigno e SILVA, Cláudio Xavier, Matemática, Ensino médio, Vol. único, Ed. FTD, 2000.
5. BENZECRY, Vera, RANGEL, Kleber, Como desenvolver o raciocínio lógico, Ed. Rio, 2004.
6. DANTE, Luiz Roberto, Matemática: contexto e aplicações, vol. 1 a 3, Ed. Ática, 2003.
7. GIOVANNI, Jose Ruy e CASTRUCCI, Benedito e GIOVANNI JR, José Ruy, A conquista da matemática 5a a 8a série, ED. FTD, São Paulo, 2002.
8. GARDNER, Martin, Divertimentos matemáticos, Ed. Ibrasa, São Paulo, 1998.
9. IEZZI, Gelson, DOLCE, Oswaldo e DEGENSZAJN, David, PERIGO, Roberto e ALMEIDA, Nilze, Matemática: Ciência e aplicações, Vol. 1 a 3, Ed. Atual, São Paulo, 2004.
10. MORETTIN, Pedro e BUSSAB, Wilton. Estatística básica, Ed. Saraiva, São Paulo, 2003.
11. IEZZI, Gelson et al. Coleção Fundamentos de Matemática Elementar. Vol 1 a 10, Editora Atual, São Paulo.
12. BARROS, Dimas Monteiro de, Lógica para concursos, Editora Novas Conquistas.
13. STEWART, James, Cálculo, Vol1, Editora Cengage Learning.

NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA (FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR)

1. Uso de Sistema Operacional: sistema operacional baseado em interface gráfica; arquivos e diretórios; operações básicas com arquivos e diretórios (criação, destruição, renomeação, cópia, movimentação); gerenciadores de arquivos; instalação de programas.
2. Editores de Textos: recursos básicos de edição; operações com blocos de texto (cópia, remoção, movimentação); operações básicas com arquivos (criação, salvamento, cópia, etc.); inserção de figuras; tabelas; conversão de formatos de arquivo.
3. Planilhas Eletrônicas: conceito de célula; operações com células; operações aritméticas com células; funções lógicas, matemáticas e estatísticas; recursos de edição; salvamento de informação; conversão de formatos de arquivo; geração de gráficos.
4. Uso de Internet: Uso de um Navegador; Recursos do Navegador; Busca na Internet; Uso de ferramenta de Mensagem Eletrônica.
5. Noções de segurança no uso de internet: definição de senhas seguras; prevenção de vírus e outros
6. códigos maliciosos; uso e atualização de antivírus; identificação de spam; cópias de segurança.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. LUNARDI, Marco Agisander. Comandos Linux: Prático e didático. Rio de Janeiro: Ciência
2. MORIMOTO, Carlos E. Entendendo e Dominando o Linux. Versão eletrônica disponível em <http://www.hardware.com.br/livros/dominando-linux/>, último acesso 06/09/2013
3. SEPLAG – Governo do Ceará. Introdução ao LibreOffice.org, disponível em <https://wiki.documentfoundation.org/images/3/37/LibreOffice.org.basico.Apostila.Hist.Calc.Writer.2011r01.pdf>, último acesso em 01/09/2013.
4. Mozilla Foundation, Ajuda do Firefox, 2012. Disponível em <http://br.mozdev.org/ajuda/>. Último acesso em 17/06/2013.
5. Mozilla Foundation, Ajuda do Thunderbird, 2012. Disponível em <http://br.mozdev.org/thunderbird/ajuda/> Último acesso em 17/06/2013.
6. Cert.br, Cartilha de Segurança para Internet, 2012. Disponível em <http://cartilha.cert.br/>. Último acesso em 17/06/2013.

AUDITOR

1. Auditoria

- 1.1. Aspectos gerais, Conceito, Tipos, Normas de auditoria, Planejamento, Procedimentos e Técnicas de execução, Papéis de trabalho, Responsabilidade Legal, Ética Profissional, Parecer.
- 1.2. Auditoria Interna e Externa no âmbito da Administração Pública: Atuação, Finalidades e objetivos, Controle, avaliação e julgamento das contas, Auditoria nas contas em relação à execução orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal.
- 1.3. Licitação, pregão e contrato na Administração Pública
- 1.4. Controle Interno e Externo na Administração Pública: Conceitos, Definição, Responsabilidades, Aspectos Constitucionais, Princípios Fundamentais do Controle Interno, Avaliação.
- 1.5. Regime jurídico único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

2. Contabilidade Pública

- 2.1. Contabilidade Pública: conceito, objeto, campo de aplicação e regime.
- 2.2. Patrimônio: composição, variação, mensuração de ativos e passivos, reavaliação, depreciação, amortização e exaustão.
- 2.3. Sistemas e registros contábeis.
- 2.4. Receita e Despesa Pública: conceito, tipos, classificações, estágios, restos a pagar e créditos adicionais.
- 2.5. Orçamento Público: conceitos, princípios, tipos e estrutura.
- 2.6. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 8ed. São Paulo: Atlas, 2012.
2. ATTIE, Willian. Auditoria: Conceitos e Aplicações. 6ed. São Paulo: Atlas, 2011.
3. BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 09/08/2013
4. BRASIL. Lei Federal n. 4.320 de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário oficial da União, Brasília, de 1964 e atualizações posteriores. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em 09/08/2013
5. BRASIL. Lei Federal n. 8.666 de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, de 1993 e atualizações posteriores. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em 09/08/2013
6. BRASIL, LRF. Lei complementar n. 101. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Congresso Nacional, 20 de maio de 2000. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 09/08/2013
7. BRASIL, Decreto 3.591/2000. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3591.htm. Acesso em 09/08/2013.
8. BRASIL, Decreto 5.450/2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5450.htm Acesso em 09/08/2013.

9. BRASIL, Lei 8.112 de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em 09/08/2013.
10. BRASIL, Decreto n. 93872 de 1986. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm. Acesso em 09/08/2013.
11. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade: Auditoria e Perícia. <http://www.cfc.org.br>
12. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade: Contabilidade Aplicada ao Setor Público. <http://www.cfc.org.br>
13. CRUZ, Flávio da. Auditoria Governamental. 2ed. São Paulo: Atlas, 2002.
14. FRANCO, Hilário & MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil. 4ed. São Paulo: Atlas, 2007.
15. GIACOMINI, James. Orçamento público. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
16. KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
17. ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público: De acordo com as Inovações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. um enfoque administrativo. 1ª ed. São Paulo: Atlas. 2011.
18. SILVA, Valmir Leôncio da. A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Uma Abordagem Prática. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
19. SILVA, Moacir Marques. Curso de Auditoria Governamental: De Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Pública Aprovadas pela INTOSAI. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
20. STN, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 5ª Ed. 2012. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais-de-contabilidade-publica>.